

PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO COMPLEXO EÓLICO DE NOVO HORIZONTE-BA

Alessandra Rocha da Silva¹

Felipe Silva Sales²

Shilton Paes Ribeiro Alves³

Lucas Ferreira de Freitas⁴

Gelson Pequeno Evangelista⁵

RESUMO

O Complexo Eólico Novo Horizonte está sendo implantado nos municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã/BA, no estado da Bahia. O complexo Eólico Novo Horizonte será composto por 10 Parques Eólicos com as seguintes potências: EOL Ventos de Santo Ubaldo 1, 2, 3 e 8 com 45,0 MW cada, e as EOLs Ventos de Santo Ubaldo 4, 5, 6, 7, 9 e 10 com 40,5 MW cada, totalizando 423,0 MW. As EOLs Ventos de Santo Ubaldo 1 a 10 perfazem um total de 94 aerogeradores que se conectam na Subestação coletora/elevadora Novo Horizonte 34,5/500 kV, localizada na Serra do Espinhaço, passando pelos municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã, no estado da Bahia. O empreendimento apresenta uma configuração de engenharia que visou preservar *in situ* o Sítio Arqueológico e as Áreas de Interesse Histórico Arqueológico – AIHA identificadas na Área Diretamente Afetada. Foi procedido o Programa de Educação Patrimonial Integrada na All do empreendimento, bem como aos trabalhadores da implantação do Complexo Eólico. Foram realizadas 9 ações de educação patrimonial, com um total de 600 minutos. Os resultados obtidos atestam que a comunidade do empreendimento vivenciou uma considerável troca de experiências e saberes sobre o patrimônio cultural e arqueológico do estado e da região

Palavras-Chave: Complexo Eólico Novo Horizonte, Serra do Espinhaço, Sítio Arqueológico.

1 Mestranda em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVSF. alessandraarqueo@gamil.com

2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. felsales@hotmail.com

3 Mestrando em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVSF. shilton.alvesarqueo@gmail.com

4 Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVSF. lucas222freitas@gmail.com

5 Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVSF. igelson.pe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda as **Ações Mitigatórias nos Achados Arqueológicos e do Programa de Educação Patrimonial Integrada**, referente ao **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA)** para a Área Diretamente Afetada (ADA)⁶, Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta do empreendimento (AII) do Complexo Eólico Novo Horizonte - Municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã/BA.

A pesquisa tem como objetivo atender aos dispositivos legais e aos anseios acadêmicos existentes em âmbito Nacional, bem como às convenções internacionais que versam acerca da preservação/salvaguarda do Patrimônio Cultural/Arqueológico, seguindo o que foi proposto pelo Programa Arqueológico.

O Complexo Eólico Novo Horizonte está sendo implantado nos municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã/BA, no estado da Bahia. O complexo Eólico Novo Horizonte será composto por 10 Parques Eólicos com as seguintes potências: EOL Ventos de Santo Ubaldo 1, 2, 3 e 8 com 45,0 MW cada, e as EOLs Ventos de Santo Ubaldo 4, 5, 6, 7, 9 e 10 com 40,5 MW cada, totalizando 423,0 MW. As EOLs Ventos de Santo Ubaldo 1 a 10 perfazem um total de 94 aerogeradores que se conectam na Subestação coletora/elevadora Novo Horizonte 34,5/500 kV, localizada na Serra do Espinhaço, passando pelos municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã, no estado da Bahia.



FIGURA 1: IMAGEM COM A LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO EÓLICO NOVO HORIZONTE.

FONTE: PAPYRUS, 2022.

6 A legislação aplicável (Resolução Conama 001/86) define a Área Diretamente Afetada (ADA) como a área necessária para a implantação do empreendimento, incluindo suas estruturas de apoio, vias de acessos privativos que precisarão ser construídas, ampliadas ou reformadas, bem como todas as demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto, ou seja, de uso privativo do empreendimento. ADA: corresponde às áreas de implantação do Complexo, com suas estruturas permanentes e secundárias. Trata-se de um espaço de vegetação do tipo caatinga arbustiva, em área rural, com relevo acidentado. ADA considerada no presente programa, como supracitado, possui 457,44 hectares.



O empreendimento apresenta uma configuração de engenharia que visou preservar *in situ* o Sítio Arqueológico e as Áreas de Interesse Histórico Arqueológico – AIHA identificadas na Área Diretamente Afetada.

Adamais a área do entorno do Empreendimento que não sofrerá impactos diretos pelas instalações dos componentes do Empreendimento e os impactos são secundários, de modo geral, com menor intensidade, em relação a AID. É aqui definida a fim de subsidiar os estudos contextuais (Arqueologia, Etnohistória e Geofísico), bem como para a aplicação do Levantamento Oral e as atividades de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados.

Durante a etapa da pesquisa anterior (PAIPA/RAIPA), na Área Diretamente Afetada (ADA), foram localizados bens arqueológicos a serem resgatados, cercados e sinalizados. Os trabalhos descritos neste relatório contemplam os seguintes patrimônios culturais móveis e imóveis:

- **Sítio Alambique⁷**: Coordenadas UTM, Fuso 23L – SIRGAS2000: E= 821313 m/N= 8576988: Sítio arqueológico histórico tipo engenho onde foram identificados uma estrutura de uma unidade habitacional construída em adobe e taipa, estruturas em madeira de um engenho (moenda de tração animal), louça branca, cerâmica de produção regional (torno), porcelana e telha de fabricação artesanal (ainda no telhado). Durante a etapa do PGPA em tela, foi identificada uma cerca de pedra no entorno deste sítio arqueológico após abertura de limpeza da vegetação (com facão) e refinamento prospectivo.
- **AIHA Cerca de Pedra no Povoado Brejo Luiza de Brito⁸**: Coordenadas UTM, Fuso 23L – SIRGAS2000: E= 819222 m/N= 8573219: Estrutura de “cerca de pedras”, com rochas sobrepostas, 1,5 metros de altura, composto por rochas de arenito retirado da própria serra, definida como Área de Interesse Histórico Arqueológico – AIHA.

7 O referido achado arqueológico (sítio) encontrava-se totalmente na ADA do empreendimento. No entanto, como é possível notar no Anexo I, a pedido do IPHAN, o layout do empreendimento foi alterado para que o sítio Arqueológico Alambique fosse totalmente preservado *in situ* em sua integralidade, de modo que os bens arqueológicos imóveis que o compõe (estrutura arquitetônica e moenda) sejam preservados. As cercas de pedra no entorno do sítio Alambique também foram totalmente preservadas, uma vez que elas não estão situadas na ADA do empreendimento.

8 O referido achado arqueológico encontrava-se totalmente na ADA do empreendimento. No entanto, como é possível notar no Anexo I, a pedido do IPHAN, o layout do empreendimento foi alterado para que parte da AIHA Cerca de Pedra na Serrinha fosse preservada *in situ*. Em campo, notou-se que a extensão da referida cerca de pedra era maior que aquela anteriormente identificada. Sendo assim, boa parte dessa cerca de pedra ficou preservada.



Figura 2: Caminhamento na cerca de pedra do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L 821346m/N= 8576943m.

Fonte: Papyrus, 15/08/2022.



Figura 3: Caminhamento na área da moenda do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821276m/N= 8577008m.

Fonte: Papyrus, 15/08/2022.



Figura 4: Caminhamento no sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821400m/N= 8577042m.

Fonte: Papyrus, 16/08/2022.



Figura 5: Caminhamento no sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821399m/N= 8577036m.

Fonte: Papyrus, 16/08/2022.

Assim sendo, tanto no campo da Arqueologia, como nas demais áreas do conhecimento científico, uma vez estabelecida a problemática da pesquisa, definidos os objetivos e destacada a importância do objeto ou tema de estudo, o pesquisador deve definir os caminhos teóricos e metodológicos a serem seguidos (SALES, 2011).

Segundo Kern (1998, p. 34), “Busca-se, neste momento da pesquisa arqueológica, tentar evitar os modismos teóricos e as convenções de opinião”. “O arqueólogo deve refletir a respeito da pertinência entre a teoria e os métodos que melhor se adequem ao objeto de estudo” (SALES, 2011).

Considerando que o principal objetivo apresentado no programa é a preservação evidências



arqueológicas identificadas em decorrência da implantação do Empreendimento, faz-se necessário a definição dos conceitos a serem aplicados no estudo. Neste caso, a próxima etapa desta pesquisa irá elencar as metodologias abordadas para salvaguardar os Bens Arqueológicos identificados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A metodologia proposta para a aplicação neste estudo de Arqueologia Preventiva foi formulada através da observação das características do Empreendimento e, previamente, o conhecimento contextual que se tem acerca da região.

Diante disso, como ressaltado na Portaria SPHAN/MinC nº. 07, de 01 de dezembro de 1988, segue-se a apresentação da conceituação aplicada na pesquisa e a metodologia, que, necessariamente, estão vinculadas a preceitos teóricos e científicos.

A proposta de Cercamento, sinalização e resgate Arqueológico foi apresentada para garantir a preservação dos achados arqueológicos identificados na etapa de campo na Avaliação de Impacto o Patrimônio Arqueológico para o Complexo Eólico Novo Horizonte - Municípios de Boninal, Ibitiara, Novo Horizonte e Piatã/BA, que foi realizada por esta mesma equipe técnica.

BASE CONCEITUAL

Considerando que o principal objetivo apresentado no programa é a preservação evidências arqueológicas identificadas em decorrência da implantação do Empreendimento, faz-se necessário a definição dos conceitos a serem aplicados no estudo:

- **Indicadores arqueológicos:** Segundo Morais (1999), a avaliação dos indicadores potenciais da presença de registros arqueológicos ocorre por meio de interpretações temáticas, com o apoio de disciplinas do meio físico-biótico, de fontes etnográficas, etnohistóricas e históricas.
- **Área de Averiguação (AV):** É caracterizada como porção amostral do espaço no qual o pesquisador aplica os métodos de coleta e interpretação de informação, podendo resultar em Áreas de Ocorrência Arqueológica, Área de Potencial Arqueológico e Área sem evidência (BANDEIRA, K, M, 2010: 85);
- **Área de Potencial Arqueológico:** caracteriza-se por ser um local que apresenta as condições favoráveis para existência de assentamentos humanos pretéritos, identificada com base nas características do terreno ou a fatores culturais e naturais (BANDEIRA & BRANDI, 2010);

- **Método probabilístico**⁹: aplicação de um conjunto de técnicas sistemáticas (como observação do terreno e do espaço e caminhamentos sistemáticos, entre outros), através de variáveis estatísticas, que ampliam a probabilidade de descoberta de vestígios arqueológicos, em um espaço definido, de acordo com a natureza do empreendimento.
- **Prospecção extensiva**¹⁰: realização de observações através de caminhamentos extensivos. Para Fernández (2000), prospecção extensiva consiste em um método sistemático que visa registrar todos os possíveis sítios de uma zona. Usualmente, elegem-se critérios administrativos, recorrendo ao território de forma organizada, examinando, preferencialmente, os setores mais 'prováveis'.
- **Prospecção intensiva**¹¹: prospecção intensiva consiste em um método sistemático adequando quando o objetivo é compreender uma imagem mais direcionada à história cultural de uma zona concreta, ou quando se pretende ampliá-la.
- **Método estatístico de transects**: método por amostragem sistemática através de intervalos regulares de quadrículas alargadas e estreitas. Com esse método, um observador situa-se a uma distância específica do outro, de modo a contemplar a área selecionada e vistoriá-la. Assim, faz-se possível que o pesquisador observe sistematicamente e de forma organizada a área que apresenta a maior probabilidade de serem identificados remanescentes culturais;

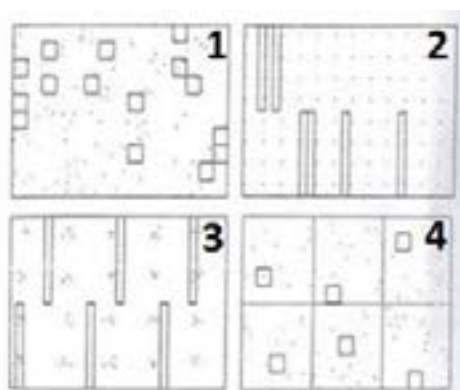


FIGURA 6: APRESENTAÇÃO DO MÉTODO DE PROSPECÇÃO POR TRANSECT NO QUADRO 02 E DEMAIS MÉTODOS ESTATÍSTICOS (FERNÁNDEZ, 2000).

9 Os dados são mensurados quantitativamente e qualitativamente. Segundo Bicho (2006), nas últimas décadas recorreu-se às metodologias estatísticas que simplificaram, até certo ponto, os trabalhos de prospecção. Simultaneamente, estas técnicas deram credibilidade e esclareceram sobre a validade dos resultados e das amostragens feitas.

10 Mesmo que a área tenha sido compartimentada, no ato da prospecção não há uma seleção por amostragem, por variáveis, de partes a serem vistoriadas. Assim, não há um engessamento dos limites, que muitas vezes são tênues nessa prospecção. O termo também é usualmente aplicado para métodos de caminhamento que não seguem linhas rígidas de amostragem previamente definidas, onde o arqueólogo procede caminhamentos seguindo indicadores geoarqueológicos e fisiográficos que julgar necessários e compatíveis com a área de estudo;

11 Consiste na inspeção direta e exaustiva da superfície do terreno sobre áreas relativamente pequenas, realizada por observadores separados em intervalos regulares e utilizando quadrículas artificiais para contemplar partes da totalidade do território. Utiliza-se, portanto, de variáveis estatísticas e a área prospectada representa uma amostragem do terreno.



- **Grau de intensidade:** Segundo Bicho (1994), este termo serve para designar o grau de detalhe com que uma determinada superfície ou subsuperfície é examinada independentemente do tamanho da área a prospectar ou escavar;
- **Sítio arqueológico:** Segundo Plog et al. (1982), o conceito de sítio arqueológico remete-nos, necessariamente, para o conceito de “não-sítio”. “Não-sítio” foi definido como uma zona que potencialmente se pode interpretar como de atividade humana, mas cuja cultura material não o consegue definir espacialmente. Este conceito opõe-se ao de “sítio”, descrito como um local que potencialmente pode ser interpretado como resultante de atividade humana e cuja cultura material o define espacialmente. **Portanto, este conceito depende da quantidade da cultura material evidenciada e das informações contextuais que se pode retirar.**

Tendo em vista que o conceito de sítio ainda é bastante discutido e que seu conceito depende do tipo de pesquisa que se deve efetuar, é válido esclarecer que para essa prospecção são seguidas as proposições de MacManamon (1984), quando ele infere que em uma prospecção o que se procura não é sítio, mas os elementos que o constituem: anomalias químicas, anomalias instrumentais, artefatos, estruturas, vestígios negativos ou solos antrópicos (os quatro últimos são mais facilmente detectáveis e seguem como o foco deste estudo proposto).

Portanto, sítio é visto aqui, segundo uma perspectiva de delimitação, a partir de Morais (1999), como a menor unidade espacial de estudo que apresente artefatos, estruturas, vestígios negativos ou solos antrópicos, contextualizados e que representem características culturais do comportamento de antigos grupos humanos. Unidades espaciais com vestígios arqueológicos em quantidade inexpressiva e descontextualizados são vistas, aqui, como ocorrências arqueológicas, mas que merecem igual atenção preservacionista.

A questão da temporalidade é outro fator de extrema necessidade na discussão de sítios arqueológicos. Especificamente, entende-se como sítios arqueológicos, para o presente programa, aqueles remanescentes culturais que remontem, também, ao passado mais recente da formação das atuais sociedades. Neste sentido, sítios arqueológicos não são apenas aqueles espaços com a presença de uma cultura material de povos pretéritos. Os sítios podem ser unidades espaciais, contextualizadas, com a presença de uma cultura material que fomente o conhecimento cultural acerca de muitos aspectos pouco ou nada conhecidos pela história.

- **Sítio arqueológico conforme a Portaria nº 316, de 04 de dezembro de 2019:** Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica;
- **Ocorrência arqueológica isolada ou bem móvel isolado:** artefato único ou em pequena quantidade, descontextualizado e observado em determinada área;
- **Área de Ocorrência Arqueológica:** termo genérico adotado para designar todo e qualquer espaço



onde são identificados materiais arqueológicos que não passaram por tratamento e processamento em laboratório. As AOA's são processadas, analisadas e posteriormente é definido se é um sítio arqueológico ou uma ocorrência arqueológica;

- **Área de Interesse Histórico¹²:** São áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Histórico, que deve ser preservado ou registrado, a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem importância local ou regional. A designação áreas de interesse histórico (AII) é uma oposição estratégica à designação de sítios arqueológicos históricos.
- **Arqueologia Contextual:** Para Hodder (1994), a Arqueologia Contextual implica em um estudo dos dados contextuais de análise para chegar aos tipos de significado contextual, analisados em função de uma teoria geral. A análise do contexto, como elemento central e definidor da disciplina arqueológica, requer que se perceba quais são as especificidades do objeto de estudo e sua relação com os demais contextos;

Hodder (1994) ressaltou que a arqueologia pós-processual possui, ao menos, três princípios que a separam da Arqueologia Processual (ORSER, 1992), adiante apresentados. Esses pressupostos, além de serem percebidos como princípios básicos de sua proposta, são utilizados na maioria das pesquisas seguindo o enfoque pós-processual. Por esta razão, segundo Johnson (2000), muitas vezes os enfoques pós-processuais também tomam a denominação de Arqueologia Contextual.

Outra ferramenta de suporte para análise destes elementos da cultura material foi Literatura sobre “As Cercas de Pedras¹³” e os engenhos, que neste caso é o “Sítio Arqueológico Alambique¹⁴”.

12 Estes últimos, após designação por equipe de Arqueologia e aceite por parte do IPHAN, obtêm status que lhe garantem valor e importância cultural nacional. Na ausência de terminologias ou políticas públicas que confirmam status aos bens móveis, imóveis ou naturais históricos locais ou regionais, a designação “Áreas de Interesse Histórico” visa contemplá-los e ampará-los, de modo a lançar mão de estratégias de preservação mínima das suas informações históricas. As áreas de interesse histórico, comumente designadas, são associadas a contextos do século XX ou contemporâneos, com recorrência na presença nacional, mas para os quais há padrões e perfis de importância regional e local. O termo em questão é usualmente utilizado na Arqueologia Preventiva Brasileira, sendo ele recorrente na definição de espaços com predominância de vestígios arqueológicos históricos recentes pela equipe técnica e pelo coordenador em questão;

13 Medeiros e Ferreira (2015, p.78), a construção de alvenarias com pedras secas está entre as técnicas de construção mais antigas da humanidade, sendo as pedras um material abundante e de fácil manipulação, cuja utilização teria se iniciado ainda em tempos pré-históricos. Diversas civilizações antigas deixaram estruturas de pedras secas espalhadas pelo mundo como herança de suas culturas já desaparecidas ou esquecidas, sendo talvez as pirâmides egípcias as mais famosas mundialmente (DSC, 2013). Há diversas outras estruturas antigas como terraços e canais construídos para auxiliar as antigas civilizações agrícolas. Um exemplo são os terraços agrícolas da Grécia e as cidades incas, como Machu Picchu no Peru. Nesse conjunto de construções e estruturas de pedra seca, um tipo em particular merece destaque, as cercas de pedra, já que suas técnicas de construção e seus usos ainda são empregados até os dias atuais.

14 Freyre (2005, p. 71), a primeira base econômica e o persistente modelo de forma ou de configuração social de todo um vasto sistema de organização de economia e de família, de sociedade e de cultura, que das terras de cana-de-açúcar se comunicaria a outras terras e constituiria o fundamento da unidade - unidade dinâmica - daquela parte da América em que portugueses com auxílio ameríndio e principalmente africano desenvolveriam um tipo novo de sociedade.



O RESULTADO

As pesquisas de campo desenvolvidas permitiram identificar uma significativa quantidade de vestígios materiais de várias épocas aflorando em diversos locais e alguns restos das estruturas citadas nas fontes documentais. A maior parte desses vestígios é hodierno ou da segunda metade do século passado, fruto do descarte dos atuais moradores do bairro rural, que por mais de 300 anos teve um engenho com suas caldeiras em ação. Dentre os vestígios mais recentes, das sete ou oito décadas passadas, temos fragmentos de edificações (telhas/tijolos/lajotas), moedas (Real e Cruzeiro), restos de ferramentas e talheres de metal, bolinhas de gude, garrafas de bebida e tampas de cerveja, pedaços de plásticos, chinelos etc. (DIAS; MORALES; SANTOS, 2019 p. 96).

Assim sendo, sob a perspectiva da Preservação Patrimonial, podemos elencar a pesquisa de Azevedo (2009), **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Azevedo (2009) elenca que a cultura do açúcar criou formas de viver peculiares, que moldaram suas construções. A família dilatada, resultante de um patriarcalismo poligâmico, acrescida por afilhados, agregados e compadres, gerou programas arquitetônicos extensos e complexos.

Portanto, os primeiros locais de habitação colonial sob a modificação da paisagem em engenhos no Recôncavo, datados do século XVI, instalaram-se em terras baixas, em torno da Baía de Todos os Santos, onde se concentrava a cultura de cana. Em séculos posteriores, foram ocupadas as terras altas, compreendidas entre os rios Paraguaçu e Jaguaribe, onde se desenvolveram as culturas do fumo e de subsistência, além de atividades extrativistas relacionadas à produção do açúcar, como a derrubada da madeira, entre outras. Fora do Recôncavo havia outras manchas de ocupação (AZEVEDO, 2009).

Eram escassos os caminhos existentes nos primeiros três séculos da colonização. As notícias dão conta da existência de um caminho de boiadas ligando Salvador a Sergipe d'El-Rey e ao baixo São Francisco. A modernização dos transportes na Bahia ensaiou seus primeiros passos em 1819, com a introdução da navegação a vapor na Baía de Todos os Santos (AZEVEDO, 2009, p.24).

Como se nota, nas passagens anteriores, toda essa perspectiva é sobre o viés de engenhos de grande porte. Sabendo que o Sítio Arqueológico do Alambique é um engenho de pequeno porte, podemos perceber suas características com mais clareza a seguir.

Desta forma, para verificar as informações literárias, as suas estruturas, como “O Sítio Serrinha” e “Sítio Alambique”, é necessário partir da História Oral, por meio do levantamento de entrevistas semiestruturadas. E outra forma de verificar os vestígios arqueológicos são por meio das intervenções nas áreas dos sítios abordados anteriormente.

Essa propriedade pertenceu a sua avó, a senhora Rosália Santos Araújo. Dona Rosália por sua vez herdou essa propriedade da sua avó, a finada Balbina; Leoni adquiriu o chamado sítio Alambique há 9 anos; O Sr. Leoni fez questão de informar que

essa propriedade, ao longo dos anos, produziu sempre cachaça de boa qualidade, rapadura e mel; Atualmente, no sítio histórico Alambique, as terras são utilizadas para agricultura e pecuária Sobre as “Cercas de Pedras” no sítio Alambique, Leoni disse: “Essas cercas de pedras possuem muitos anos”, não sabendo informar o tempo. Ele especula serem dos primeiros moradores da região; Sobre a Casa de Pau a Pique (estrutura arquitetônica do sítio): Leoni disse que a casa tem mais de 100 anos, afirmando que já ouviu isso de seus familiares; O entrevistado ressaltou que acredita que as pedras retiradas para as 3 cercas existentes em sua propriedade são da mesma região;

As rochas das cercas de pedras são sedimentares, tipo: arenito e calcário; Não existem Pedreiras próximas ao Alambique.



FIGURA 7: LEONI ARAÚJO, 33 ANOS, PROPRIETÁRIO DO SÍTIO ALAMBIQUE, APRESENTOU AS SEGUINTE INFORMAÇÕES

Em outra entrevista realizada pela equipe técnica desta pesquisa, foi elencado pelo Sr. Getúlio Queiroz, 69 anos que “é um dos alambiques mais importantes da região. Segundo ele, existiam outros, porém, o de Leoni é o mais famoso”; Sobre as cercas de pedras existentes no Alambique, “o mesmo disse que quando o bisavô dele, o Sr. Manoel Gregório de Matos, veio de Portugal para Brejo Luiza de Brito, o mesmo colocava pessoas escravizadas oriundas do Brejo Seco, uma serra que fica a 18 quilômetros do centro desta comunidade, para construir as cercas”.

UNIDADES DE ESCAVAÇÃO

Conforme o PGPA aprovado, as unidades de escavação seriam consequência dos resultados dos refinamentos arqueológicos: caminhamentos e intervenções, que foram aplicadas nas Áreas de Interesse Histórico Arqueológico – AIHA's e no Sítio Alambique. As unidades de escavação apenas seriam implantadas

em caso de achados arqueológicos móveis em subsuperfície que estivessem na ADA do empreendimento.

Não foi proposta unidade de escavação na área destes patrimônios arqueológicos que foram cercados, sinalizados e preservados *in situ*.

No PGPA foi ressaltado, inclusive, que apesar da mudança de layout para preservação de todo o sítio Alambique e das Cercas de Pedra, seria possível que o refinamento apontasse achados arqueológicos em uma delimitação superior àquela anteriormente apresentada. Sendo, assim, as unidades de escavação visavam cobrir metodologicamente esses espaços, garantindo a preservação do patrimônio arqueológico e a reconstrução histórico cultural de parte destes, através de seus componentes vestigiais móveis (artefatos).

AÇÕES MITIGATÓRIAS PROPOSTAS PARA A MOENDA E ESTRUTURA ARQUITETÔNICA VERNACULAR DO SÍTIO ALAMBIQUE

Propusemos a preservação *in situ* da Moenda e Estrutura Arquitetônica Vernacular do Sítio Alambique. Sendo assim, informamos que ambos permanecem preservados, *in situ*, tendo em vista que o layout do empreendimento já havia sido modificado para tal. Foi procedido um levantamento topográfico planialtimétrico da unidade arquitetônica da moenda no sítio arqueológico Alambique e das cercas de pedra existentes em seu entorno.



Figura 8 : Topografia na área da moenda do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821311m/N= 8576991m.

Fonte: Papyrus, 20/08/2022.



Figura 9: Unidade arquitetônica do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821405m/N= 8577043m.

Fonte: Papyrus, 20/08/2022.



Figura 10: Moenda do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821321m/N= 8576999m.

Fonte: Papyrus, 19/08/2022.



Figura 11: Moenda do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821315m/N= 8576984m.

Fonte: Papyrus, 19/08/2022.



Figura 12: Unidade arquitetônica do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821413m/N= 8577037m.

Fonte: Papyrus, 22/08/2022.



Figura 13: Unidade arquitetônica do sítio Alambique. Coordenadas: 23 L E= 821407m/N= 8577045m.

Fonte: Papyrus, 22/08/2022.

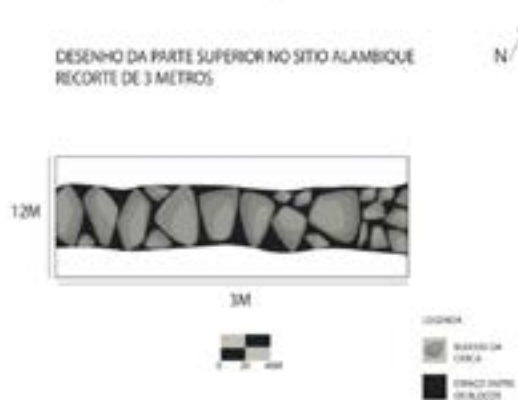


Figura 14: Cerca de Pedra do sítio Alambique - Desenho 01. Coordenadas: 23 L E= 821241/N=8576996m.

Fonte: Papyrus, 20/08/2022.

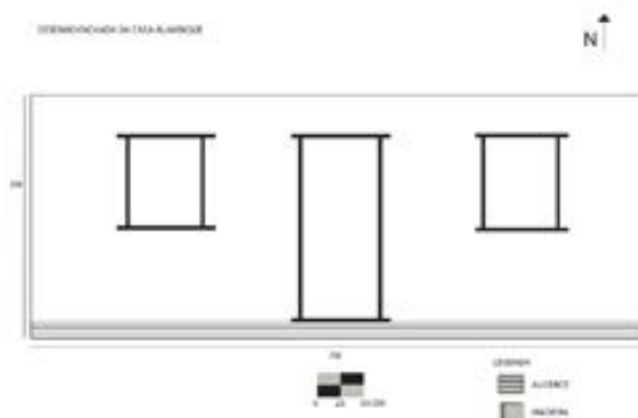


Figura 15: Fachada da unidade habitacional do sítio Alambique - Desenho 3. Coordenadas: 23 L E= 821400N= 8577036m. Fonte: Papyrus, 20/08/2022.

Conforme é possível notar nas imagens acima, na área de entorno do sítio Alambique foram identificadas cercas de pedra. Estas permanecem preservadas, foram fotografadas e passaram por levantamento topográfico.

Na área deste sítio arqueológico foi realizada a coleta de superfície dos artefatos arqueológicos móveis identificados. Foram coletados 34 artefatos arqueológicos, sendo 16 louças, 06 cerâmicas e 12 vidros, todos de contexto arqueológico histórico.



Figura 16: Peça ALA-01. Coordenadas: 23 L E= 821379m/N= 8577035m.

Fonte: Papyrus, 02/09/2022.



Figura 17: Peça ALA-018-3. Coordenadas: 23 L E= 821383m/N= 8577038m.

Fonte: Papyrus, 02/09/2022.



Figura 18: Peça ALA-08. Coordenadas: 23 L E=821406,10 /N=8577047,25m.

Fonte: Papyrus, 02/09/2022.

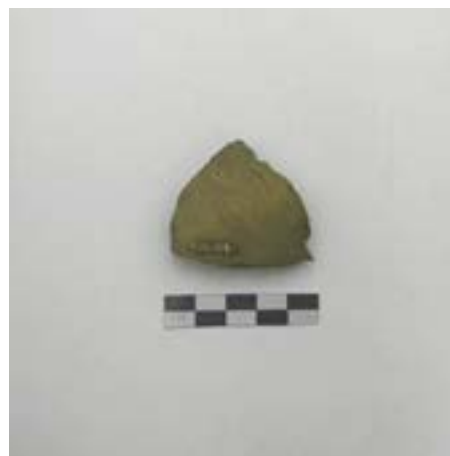


Figura 19: Peça ALA-09. Coordenadas: 23 L E=821404,29m/N=8577045,45 m.

Fonte: Papyrus, 02/09/2022.

Conforme proposto no projeto de pesquisa, os artefatos identificados e coletados foram totalmente higienizados, analisados e tombados pela equipe técnica. Os artefatos identificados e coletados nesta pesquisa são tipo Louças (16 unidades), Cerâmicas (06 unidades) e Vidros (12 unidades).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial é entendida, de forma consensual, como um fragmento fundamental para a preservação do patrimônio, partindo do pressuposto que só se preserva o que se tem conhecimento. Assim, entende-se que quanto mais conhecimento a comunidade obtiver sobre sua história e bens culturais, mais contribuirá para a preservação e conservação do Patrimônio Cultural.

A educação patrimonial é de fundamental importância no processo de preservação e conservação patrimonial, pois, muitas vezes, é o método adquirido para unir essas vertentes. Sendo assim, admite-se o conceito de educação patrimonial estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014):

“[...] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”.

A metodologia adotada no Projeto de Educação Patrimonial priorizará estratégias que possibilitem uma transformação na maneira de perceber o patrimônio arqueológico, partindo da premissa que a EP é um instrumento estratégico de promoção da sensibilização e integração da sociedade com seus bens de natureza cultural, inclusive arqueológica.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL INTEGRADA NO AMBIENTE DE OBRA: EXPOSIÇÃO, PALESTRA E DIÁLOGO

O ambiente da obra como espaço de educação não formal favorece a ampliação e o refinamento cultural em um ambiente capaz de despertar as emoções que se tornam aliadas de processos cognitivos dotados de motivação intrínseca para a aprendizagem de ciências (QUEIROZ; KRAPAS; VALENTE; DAVID; DAMAS; FREIRE, 2002), conseqüentemente, neste caso, auxiliando na preservação patrimonial.

Em ambiente de obra ocorreu durante o Diálogo Diário de Segurança – DDS, específico para os trabalhadores e demais colaboradores no canteiro de obras, em 26/09/2022. Na ocasião, utilizou-se de um banner explicativo e folhetos sobre Arqueologia e o Licenciamento Ambiental. Objetivou-se expor os resultados da pesquisa aos futuros agentes de ação na obra, para que estes tornem-se multiplicadores e defensores do patrimônio arqueológico. A ação em questão durou 20 minutos.



Figura 20: Ação educativa no 2º canteiro de obras. Coordenadas: 23 L E= 825270m/N= 8577908m.

Fonte: Papyrus, 26/09/2022.



Figura 21: Ação educativa no 2º canteiro de obras. Coordenadas: 23 L E= 825276m/N= 8577891m.

Fonte: Papyrus, 26/09/2022.

A 8ª ação de EP na Escola Municipal Brejo Luiza de Brito, localizada na comunidade Brejo Luiza de Brito, município de Novo Horizonte/BA, em 29/09/2022. A ação foi ministrada para 22 alunos, o diretor da escola

e a coordenadora da mesma. Na atividade, foram distribuídos folhetos, apresentado slide e procedida uma oficina de reconstrução de cerâmica com massa de modelar. A ação em questão durou 60 minutos.



Figura 7.7.7- 17: Ação educativa na Escola Municipal Brejo Luiza de Brito. Coordenadas: 23 L E= 821748m/N= 8576496m.

Fonte: Papyrus, 29/09/2022.



Figura 7.7.7- 18: Ação educativa na Escola Municipal Brejo Luiza de Brito. Coordenadas: 23 L E= 821737m/N= 8576482m.

Fonte: Papyrus, 29/09/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades mitigatórias nos achados arqueológicos (sítio Alambique, AIHA Cerca de Pedra na Serrinha e da AIHA Cerca de Pedra no Povoado Brejo Luiza de Brito) em tela foram realizadas após o refinamento dos dados da prospecção arqueológica (Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico), o que resultou na revisão e aprofundamento dos dados anteriormente apresentados.

O sítio arqueológico Alambique, com a moenda, a unidade habitacional e as cercas de pedra no entorno, foi preservado em sua integralidade, sendo procedido o cercamento e sinalização das estruturas vernaculares dele existentes, bem como realizada coleta de superfície dos artefatos arqueológicos identificados na sua poligonal.

A AIHA Cerca de Pedra na Serrinha foi parcialmente preservada. Trata-se de um conjunto de cercas de pedra de grandes dimensões, que teve a maior parte preservada pelo empreendedor. Tal ação foi fruto de alterações de layout do empreendimento para atender ao máximo as diretrizes de cautela para com esta AIHA.

A AIHA Cerca de Pedra no Povoado Brejo Luiza de Brito foi totalmente preservada. Tanto esta como



as demais cercas de pedra identificadas nesta pesquisa foram foco de levantamento topográfico, registros fotográficos e desenhos arqueológicos.

Neste artigo foram apresentadas as fotos e as legendas de todos os artefatos arqueológicos identificados e coletados na pesquisa em tela. Neste sentido, com este relatório, solicita-se ao IPHAN a aprovação dos procedimentos aplicados nestes achados arqueológicos.

Para além destes trabalhos, também foi procedido o Programa de Educação Patrimonial Integrada na All do empreendimento, bem como aos trabalhadores da implantação do Complexo Eólico. Foram realizadas 9 ações de educação patrimonial, com um total de 600 minutos. Os resultados obtidos atestam que a comunidade do empreendimento vivenciou uma considerável troca de experiências e saberes sobre o patrimônio cultural e arqueológico do estado e da região.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Velada. Situação Crono Espacial de Unidades Funcionais em Pernambuco: Uma Abordagem de Pré-Escavação. Coleção Arqueologia, Porto Alegre, EDIPUCRS, n° 1, v. 2, p. 393-408, 1995-96.
- Alves, Vinicius Bonifacio Santos. Os engenhos centrais no Recôncavo baiano: 1874-1890 / Vinicius Bonifacio Santos Alves. – Cachoeira, 2019.
- Andrade, Marcelo Loyola de. A EXPANSÃO DOS ENGENHOS NO SUL DA BAHIA: ILHÉUS, SÉC. XIX. Texto apresentado no 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, em ambiente virtual (UNIFESP e UNESP), de 11 a 13 de maio de 2021. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>
- AZEVEDO, ESTERZILDA BERENSTEIN De. Engenhos do Recôncavo Baiano. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009. 140 p. : il. ; 13 cm. – (Roteiros do Patrimônio; 7) ISBN 978-85-7334-154-6.
- BANDEIRA, A. M & BRANDI, R. A. Detalhamento do PBA de Arqueologia da Refinaria Premium I. Bacabeira, 2010.
- BARBOSA, Altair Sales. Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do cerrado. Goiânia: UCG, 2002.
- BICHO N. F. Estatística e quantificação em Arqueologia. Lisboa: Almandan II Série, 1994.
- BICHO, N. F. Manual de Arqueologia Pré-histórica. Lisboa: 70 compêndio, 2006.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 216, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988. Estabelece o Patrimônio Cultural Brasileiro como bens de natureza material e imaterial.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 225, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988. Estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.



BRASIL. Decreto Federal nº 3.551 de 2000.

BRASIL. Decreto lei nº 3.924, de 26 de Julho 1961.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Termo de Referência Para Elaboração de EIA/ RIMA Subcomponente: Patrimônio Arqueológico”, do CNA/DEPAM/IPHAN, Brasília de 2012.

BRASIL. Memorando Circular IPHAN/CNA nº 14 de Dezembro de 2012 CNA/DEPAM.

BRASIL. Política Nacional de Meio Ambiente, lei nº 6.938 de 1981.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.

BRASIL. Portaria IPHAN / Minc. nº. 230, de 17 de Dezembro de 2002.

BRASIL. Portaria SPHAN / MinC nº. 07, de 01 de Dezembro de 1988.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

BRASIL. Resolução nº 34, de 7 de dezembro de 1994

CALDARELLI, S. B. Arqueologia do vale do Paraíba Paulista. SP-170 Rodovia Carvalho Pinto. IPARQ: São Paulo, 2002.

CALDERÓN, Valentin. “Nota previa sobre três fases da arte rupestre no estado da Bahia”. Estudos de Arqueologia e Etnologia. Salvador: UFBA, 1983 [1967], p. 5-23.

CALDERÓN, Valentin; ATAIDE, Yara; DÓREA, Ivan. Relatório das atividades de campo realizadas pelo “Projeto Sobradinho de salvamento arqueológico”. Bahia: CHESF, 1977.

Cláudia Oliveira, Neuvânia Curty Guetti, Scott Allen. Arqueologia de engenhos, volume 3 : arqueologia e conservação do patrimônio cultural de Pernambuco / organizadores : – Recife : Editora UFPE, 2018.

COSTA. C. A. S. A Influência do Colégio dos Jesuítas na Configuração da Mallha Urbana de Salvador-BA (1549-1760). Dissertação de mestrado: UFPE, 2005.

Costa; Carlos Alberto Santos, Comerlato; Fabiana, Cunha; Cinthia da Silva. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: Engenho Rio de Contas, Itacaré, Bahia, Brasil. Revista de Arqueologia, volume 31 nº 2. 2018.

Dias; Marcelo Henrique, Morales; Walter Fagundes, Santos; Igor Campos . Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, séculos XVI-XVIII): um complexo produtivo colonial na Mata Atlântica sul-baiana. 2019.

ESTAÇÕES ferroviárias do brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em 26/02/2021 ,às 09h.

ETCHEVARNE, C. Escrito na Pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro: Versal. 2007.



ETCHEVARNE, Carlos. Ocupação humana do Nordeste Brasileiro antes da colonização portuguesa. Revista USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dez./fev. 1999-2000.

ETCHEVARNE, Carlos. Patrimônio Arqueológico da Bahia. SEI, 2011. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/patrimonio-arqueologico-da-bahia.pdf>

ETCHEVARNE, Carlos; FERNANDES, L. Patrimônio arqueológico pré-colonial. Os sítios de sociedades de caçadores coletores e dos grandes grupos de horticultores ceramistas, antes da chegada dos portugueses, SEI, 2008. Disponível: <http://www.bahiaarqueologica.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/SEP88.pdf>

FERNÁNDEZ, V. M. M. Teoría y Método de La Arqueología. Madrid: Editorial Síntesis, 2000.

FERREIRA, J.A.; FREITAS, M.; MATOS, M.X.G.de; MAIOR, P.M.S. Além da Pedra: Utilização de Rochas em Alvenarias nas Zonas Rurais no Nordeste do Brasil, Séculos XVII ao XX.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 51ª ed, São Paulo: Ed. Global, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

GOÉS, A.M.O.; FEIJÓ, J.F. Bacia do Parnaíba. B.Geoc. Petrobrás, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 57-67, 1994.

GOÉS, A.M.O.; FEIJÓ, J.F. Bacia do Parnaíba. B.Geoc. Petrobrás, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 57-67, 1994.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes, 1954. G635o OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São. Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GUIDON, N.. Les Peintures Rupestres de Várzea Grande, Piauí. Universidade de Sorbone, Paris, França, vol. 1, 1975. (Tese de Doutorado).

GUIDON, N.. Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. CLIO Arqueológica, Recife, n. 5, p. 5-10, 1989.

HODDER, I. Interpretación em arqueologia: corrientes actuales. Barcelona: Crítica, 1994.

HODDER, I. Reading the Past. Cambridge University Press, London, 1986.

HODDER, I., Reading the past. Current approaches to interpretation in Archaeology, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico de geomorfologia / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2009 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico de pedologia. 2 ed. Rio de Janeiro, 2007.

ICOMOS/ICAHM. Carta de Lausanne: Carta para Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico. Lausanne, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. História dos municípios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/01/2021, às 09h.



- IPHAN. Instrução Normativa do Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN) de 25 de março de 2015.
- IPHAN. Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental – Meio Ambiente Sócio Econômico em seus aspectos relacionados à Proteção dos Bens de Interesse Cultural, da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2012.
- JARDIM DE SÁ, E. F., A Faixa Seridó (Província Borborema, NE do Brasil) e o seu significado Geodinâmico na Cadeia Brasileira/Pan-Africana. Tese de Doutorado, 3. UnB, 1994.
- JARDIM DE SÁ, E.F.; LEGRAND, J.M.; MCREATH, I. “Estratigrafia” de rochas granitóides na região do Seridó (RN-PB) com base em critérios estruturais. Revista Brasileira de Geociências. 1981, 11: p. 50-57.
- JOHNSON, M. Teoría Arqueológica: una introdución. Barcelona: Ariel, 2000.
- JUNIOR, Valdeci dos Santos. Cenas e movimentos nas gravuras rupestres da região central do Rio Grande do Norte. Revista Tarairiú, Campina Grande (PB), ano v, v.1, n. 07, p. 103-112, jan.2014.
- KERN, A. A. Arqueologia Histórica Missioneira. In: Anais da 8º Reunião Científica da SAB, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. n° 1, v.02, p. 181-202.
- KESTERING, C. Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho. Recife. UFPE. 2007. (Tese de Doutorado).
- LEROI-GOURHAN, A. O gesto e a palavra: 2: memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LÚCIDE, D.; KALIL, T. Oficina: Como Realizar Entrevista/História Oral? UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM – PROEXC, 2010. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/procampo/documentos/doc_view/14-oficina-como-realizar-entrevistahistoria-oral.html. Acesso em 26/02/2021.
- MACIEL, A.C.T. Correlação entre a Indústria Lítica das Dunas Fósseis de Casa Nova Bahia e o Paleoambiente do Submédio São Francisco. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato -PI, 2016.
- MACMANAMON, F. Discovering sites useen. In: M. Shiffer (org). Advances in Archaeological Method and Theory. Selections for Students from. Nova Iorque: Academic Press, p. 223-292, v.4, 1984.
- MARTÍN, G. O povoamento Pré-histórico do Vale do São Francisco. UFS: Aracaju, 1998.
- MARTÍN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. UFPE: Recife, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. [S.l: s.n.], 1996.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga. Universidade Federal de Pernambuco, Conservation International do Brasil e Fundação Biodiversitas, Brasília: 36p. 2002.
- MMA. GEO Brasil: Recursos Hídricos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de águas; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2007.



MONTEIRO, J. M. A Política como negócio de família. Tese de Doutorado apresentada à UFCG, Campina Grande, Paraíba, 2016.

Montenegro, Antonio Carlos Duarte. Engenho Massangana: apropriação e uso do Patrimônio Histórico Arquitetônico / Antonio Carlos Duarte Montenegro. - Recife: O Autor, 2014.

MORAIS, J. SIG – Arqueologia e o fator Geo. In: Revista do MAE, 9.. São Paulo, USP, 1999.

NERES, G. N. A cor na arte rupestre do sítio lagoa da velha, Morro do Chapéu, Bahia. Dissertação de mestrado: UFS, 2016.

NIMUENDAJU. Mapa etno-histórico de Curt Nimeudaju. Brasília: IPHAN, 2017.

OLIVEIRA, G.P; SENA MEDEIROS, L.D; FERREIRA, B. As cercas da geodiversidade: um retrato da apropriação e uso do patrimônio geológico no Serodó Potiguar, Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. Revista do REGNE. 2015.

ORSER, C. E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PIMENTEL, Geraldo; PIRES, S. H. Metodologias de avaliação de impacto ambiental: Aplicações e seus limites. Revista de Administração Pública, v. 26, n. 1, p. 56-68, 1992.

PLOG, S. et. all. Decision making in Modern Surveys. In: M. Shiffer (org). Advances in Archaeological Method and Theory. Selections for Students from. Nova Iorque: Academic Press, p. 6007-645, v.I, 1982.

RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueologia: teorias, métodos y prática. Madrid: Akal, 1993.

SALES, F. S. Arqueologia Histórica do contexto maníobeiro: aspectos do modo de vida nos artefatos de contexto doméstico do sítio Casa do Alexandre. Monografia (Graduação), Universidade Federal do Vale do São Francisco: São Raimundo Nonato, 2011.

SCHMITZ, P. I. & BECKER, I. B. 1991. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: KERN, A. (Org.) Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, pp. 251-283.

SCHMITZ, P. I. 1987. Prehistoric Hunters and Gatherers of Brazil. Journal of World Prehistory, 1 (1): 53-126.

SILVA, Jacionira Coêlho. Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários. Tese de doutorado (História), Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOUZA J.D. DE & TEIXEIRA L.R. Prospecto Rio Salitre: relatório final geologia e prospecção geoquímica preliminar do Complexo Rio Salitre. Salvador, CPRM, v.01, n. 1048, 244 p, 1981.

TRIGGER, B. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004. (2000).